



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
INSTITUTO MENINO MIGUEL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS OU
DEPARTAMENTO DE LETRAS

MARIA LIDIANE SILVA PASSOS

ESTADO E TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DAS
ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECIFE – PE
2023

MARIA LIDIANE SILVA PASSOS

ESTADO E TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DAS
ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Monografia apresenta ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais/Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Maximiliano Carneiro Da Cunha

RECIFE – PE
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P289e Passos, Maria Lidianne Silva
 Estado e terceiro setor: uma análise sobre a inserção das entidades e organizações na política de assistência social /Maria Lidianne Silva Passos. - 2023. 39 f.
- Orientador: Maximiliano Carneiro Da Cunha.
 Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.
- 1.Estado. 2. Terceiro setor. 3. Assistência social. 4. Controle social. I. Cunha, Maximiliano Carneiro Da, orient. II.Título

CDD 320.6

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção de título de Bacharel em Gestão e Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá as normas de ética científica.

Maria Lidianne Silva Passos

Monografia apresentada em: ____ / ____ / ____

Orientador: Prof. Maximiliano Carneiro da Cunha

1ª Examinadora: Prof.^a Anabel Guedes Pessôa Nolasco

2º Examinador: Prof. Maurício Faria

Coordenadora: Prof. (a) Valéria Guedes

Ao meu pai, José Severino (in memoriam).

Ao meu marido Henrique, minha filha, Maria Alice, minha mãe, Luzinete Lopes, minhas irmãs, Lucineia e Lucineide e a todas(o) as companheiras(o) de luta e jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido e companheiro de vida, Henrique José, pelo amor, paciência e dedicação de sempre.

À minha filha, pela força que fez brotar em mim assim que me tornou mãe.

Ao meu pai José Severino (in memoriam), pela inspiração de vida.

À minha mãe, Luzinete Lopes, minhas irmãs Lucineia Silva e Lucineide Silva, pelo amor, cuidado e rede de apoio.

A minha amiga, Luana Barros, pela amizade e ajuda durante a elaboração do projeto.

Ao meu orientador, Maximiliano Carneiro, pela compreensão, acolhimento e paciência.

Aos meus colegas de turma, pelas reflexões e experiências trocadas.

Aos professores participantes da banca examinadora, pelo tempo e contribuição dada.

À UFRPE, pela oportunidade de ingressar neste programa.

E a todas as pessoas que não terei como nominar aqui, mas contribuíram para que pudesse ser a pessoa e profissional que sou hoje.

RESUMO

O presente trabalho visa expor as considerações e implicações críticas advindas do processo de vivência do curso de especialização em “Gestão de Política Pública”. Para tanto, é composto de três momentos lineares de construção do conhecimento: memorial – ligado às vivências pessoais e profissionais, bem como a experiência pessoal e acadêmica vivida durante o curso, ou mesmo apriorísticas; promovendo uma revisão da literatura abordada no curso. Em sua análise teórica, é feita a exposição de forma sucinta dos conteúdos que proporcionam um olhar de análise crítica sobre a conjuntura de organização do Estado e sua parceira com Terceira Setor, e como os desdobramentos dessa relação interferem em especial, na Política de Assistência Social e na conjuntura social contemporânea e por fim, a proposição de um projeto de intervenção pautado no diálogo com o controle social e rede de proteção, intervenções que visam à transformação da forma que é enxergada a Política de Assistência Social com caráter público, universal e de forma contínua. Assim, esta produção científica traz mais do que seu aspecto acadêmico, outrossim, vislumbra uma possibilidade de fazer a academia voltada para intervenção da realidade e superação das desigualdades sociais, através da construção de um olhar mais crítico para a Assistência Social, que extrapolem os muros da filantropia, benevolência e caridade, propiciando a visão para uma proteção continuada e emancipadora.

Palavras-chave: Estado. Terceiro Setor. Assistência Social. Controle Social.

ABSTRACT

The present work aims to expose the critical considerations and implications arising from the process of experiencing the specialization course in “Public Policy Management”. Therefore, it is composed of three linear moments of knowledge construction: memorial – linked to personal and professional experiences, as well as the personal and academic experience lived during the course, or even a priori; promoting a review of the literature addressed in the course. In its theoretical analysis, a succinct exposition of the contents is made that provide a critical analysis look at the situation of organization of the State and its partnership with Third Sector, and how the developments of this relationship interfere in particular, in the Social Assistance Policy and in the contemporary social situation, and finally, the proposition of an intervention project based on dialogue with social control and a protection network, interventions that aim to transform the way in which the Social Assistance Policy is seen as public, universal and of continuously. Thus, this scientific production brings more than its academic aspect, moreover, envisions a possibility of making the academy focused on intervening in reality and overcoming social inequalities, through the construction of a more critical look at Social Assistance, which goes beyond the walls of philanthropy, benevolence and charity, providing the vision for continued and emancipatory protection.

Keywords: State. Third sector. Social assistance. Social Control.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 MEMORIAL	12
Parte I	12
2.1 Introdução	12
2.2 Da vivência a práxis	12
Parte II	15
2.3 Disciplinas e percursos percorridos	15
3 CONCEITUAL – SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA	21
3.1 Estado e Políticas Sociais	21
3.2 Terceiro Setor e sua relação com Estado	23
3.3 Política de Assistência Social: entre a proteção e desproteção social	26
3.4 O Controle Social: seu papel no Estado e no fortalecimento da Política Pública	28
4 PROJETO DE INTERVENÇÃO	31
4.1 Tema e Resumo	31
Tema	31
Resumo	31
4.2 Contextualização	31
4.3 Justificativa	32
4.4 Objetivos	33
Objetivo Geral	33
Objetivos Específicos	33
4.5 Atividades	34
4.6 Metodologia	34
4.7 Resultados Esperados	35
4.8 Avaliação	35
4.9 Cronograma	36
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora exposto, busca discutir a função do Estado Brasileiro na cobertura de proteção social via políticas públicas, principalmente em momentos de crise político/econômica. Mas ao refletir sobre essa função, iremos analisar como a inserção do terceiro setor, aqui representado pelas entidades e organizações, podem viabilizar um processo de terceirização, como um possível fator de desresponsabilização estatal e desproteção social. Guiado pela ideologia neoliberal dominante nos últimos 30 anos em diversos países e principalmente no Brasil, pouco depois da Constituição Federal de 1988, o Estado exerceu e exerce uma dualidade frente à Política Social, principalmente no que refere-se à Assistência Social, política essa que será observada neste trabalho.

O Estado brasileiro, que tem uma tradição sustentada no individualismo e no conservadorismo, preza por um estado privatista, como bem sintetizado nas palavras de Viana e Silva (2019, p. 2109), “o neoliberalismo e seus remédios habituais (mais mercados, menos governo), com o estímulo de aumento de comércio, finanças e menos governo”.

Os autores já citados apontam ainda que “O conceito de Seguridade Social, no Brasil, foi adotado com baixa maturação política e ideológica da sociedade, dos agentes públicos dos serviços e atenções das políticas sociais; das políticas econômicas; e dos movimentos sociais” (VIANA e SILVA, 2019, p.2109). Assim, com base em estruturas econômicas conservadoras, a proteção social brasileira, especialmente nessas últimas três décadas vem se afastando do seu caráter universalista e civilizatório, sendo abraçada por um código moral capitalista. Com isso, se distancia ao que se propôs a CF (Constituição Federal) de 1988, no campo dos direitos humanos e civilizatórios, que determinou cobertura de proteção social aos brasileiros.

Deve-se reconhecer que houve importantes avanços no campo da Política Social nas gestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), em especial na Assistência Social, no entanto, mesmo essas gestões não deixaram de ser capturadas por muitas intervenções de caráter neoliberal.

Vale ainda ressaltar que existe toda uma contradição de proteção e desproteção da Política Social quando aliada ao capital financeiro. Visto que, uma vez instaurada uma crise, inerente ao próprio sistema capitalista liberal, busca-se no Estado o suporte necessário para se manter o controle da situação e manter o grupo dominante, nessa perspectiva “a política social tornou-se muito mais útil ao capital do que ao trabalho”. (PEREIRA, 2013 p. 15): Essa dualidade leva como bem cita Viana e Silva:

As consequências são diretas e fortes junto ao sistema público de provisão de serviços sociais: de um lado, pressões para ampliar a cobertura, dada a persistência do desemprego e da quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade; de outro, desindustrialização motivada pela concorrência internacional, aumentando as taxas de trabalhadores desempregados ou que trabalham em condições precárias. Isso tem levado os governos a pensar a área social como um problema, em virtude da pouca renda disponível para financiar os serviços sociais, seja através da arrecadação de impostos e contribuições, seja mediante pagamento direto por parte dos indivíduos (VIANA; SILVA, 2019, p. 2110).

A relevância deste trabalho está no estímulo da construção e apresentação de uma análise crítica sobre o Estado e sua relação com o terceiro setor, buscando analisar esse contexto, para além de uma simples parceria entre Estado e sociedade civil, ou seja, na perspectiva de construir um novo olhar e postura diante de algo tão presente e crescente na atual conjuntura e ideologia de governo neoliberal.

Ao propor essa discursão e análise, para fora dos muros acadêmicos, foi trazido também para realidade prática, via projeto de intervenção, um diálogo entre Conselheiros de Assistência Social do município de Garanhuns-PE, figuras fundamentais na implementação de uma política de Estado, abarcando também os atores que coordenam e executam a política de proteção social, observando assim, a ideia de que o Estado deve e pode não apenas lançar políticas sociais de cima para baixo, mas também construir junto da sociedade, organizada ou não, políticas eficientes, universalistas e de caráter contínuo.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira parte, capítulo I, é proposto um resgate sócio-histórico subjetivo das memórias e afetos vivenciados durante o percurso de vida dessa que escreve o trabalho, fazendo também uma rápida explanação da trajetória percorrida no curso de “Gestão e Políticas Sociais”, no qual foram apontadas as motivações que levaram a escolha do objeto de pesquisa e suas implicações com o tema central. Além disso, são incluídas as experiências da prática profissional da autora do trabalho que fundamentam a escolha pelo tema tratado no presente material.

O segundo capítulo apresenta, uma análise acerca do tema e da problemática a fim de traçar um panorama teórico sobre os assuntos que são basilares para compreensão do tema trabalhado. Este por sua vez está dividido em quatro tópicos, para possibilitar uma análise mais detalhada e precisa, expondo como o conhecimento da construção da sociedade que se apresenta hoje é de suma importância para visão e avaliação de um Estado que se propõe como mantenedor de políticas públicas de caráter protetor.

Por fim, no capítulo final, é apresentado um projeto de intervenção, uma proposta de ação na qual se trabalha a teoria estudada com uma intervenção no cenário de formulação,

deliberação e fiscalização de políticas públicas exercido pelo controle social, buscando estimular o potencial intelectual e possibilidade de transformação da realidade vivenciada no território. Em suma, indo além da análise teórica e colocando em prática ações que se aproximem da realidade posta, dando possibilidades de aproximação e diálogo entre os atores que representam o Estado e representantes de Terceiro Setor, que via parceria com esse Estado estão no dia a dia fazendo parte e construindo essa sociedade que vive uma dualidade de proteção e desproteção social.

2 MEMORIAL

Parte I

2.1 Introdução

No capítulo que segue faremos a explanação sobre as minhas construções e vivências que possibilitaram ser a pessoa e profissional que sou, expondo como a minha construção familiar me levaram a caminhos de lutas e criticidade. Discorreremos também sobre o percurso feito durante as disciplinas cursadas ao longo do curso e de como essas contribuíram para a ampliação de um olhar analítico para a sociedade que está posta.

2.2 Da vivência a práxis

Durante toda minha vida, sempre fui alimentada pelo sentimento de luta, igualdade e justiça social. Filha de líder sindical e membro das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBES, as lutas no campo social eram assuntos frequentes em nossos diálogos do dia a dia. Por ser de família de classe baixa, com pais agricultores e com nível de escolaridade que foi até o fundamental, via como esse sistema excludente pesava na vida de quem lutava diariamente pela sobrevivência e acesso a direitos. Isto posto, vivenciar essas batalhas desde minha infância, me fez ver no conhecimento e espírito de luta os meios para buscar, não apenas para mim, mas também para a coletividade, uma sociedade mais justa. Assim, foi no movimento estudantil secundarista o primeiro espaço institucional que me lançou nesse cenário ativo de reivindicações, esse anseio pelas conquistas sociais, sempre me fizeram percorrer caminhos que além de questionar, desafiavam o sistema imposto.

Durante o processo de escolha do ensino superior, não sei se escolhi o Serviço Social, ou ele me escolheu, foi a identificação clara de que minha vida profissional também seria

movida pela inquietação e luta por uma sociedade com mais equidade e justiça social. O primeiro desafio que me foi colocado já no início de minha trajetória acadêmica no ano de 2008, se lançou com minha modalidade de graduação, que por residir no interior, na cidade de Jurema-PE e não dispor das condições estruturais e financeiras para realizar o curso na Capital, lugar em que na época disponibilizava do Curso de Serviço Social de modalidade presencial, era tarefa quase impossível ter a viabilidade de conseguir ingressar na academia presencialmente. Embora, estando dois dias durante a semana em sala de aula de forma presencial, construir a base de conhecimento em sua maior parte por trás de uma tela, exigia além da disciplina, sede de conhecimento para preencher possíveis lacunas que a modalidade por vezes apresentava.

Ainda na faculdade, mergulhei como trabalhadora do SUAS, e o caminho até atuar como Assistente Social nessa política, passou por agente administrativo, orientadora social e coordenação dos Programas PETI e ProJovem Adolescente. Nesse período já podia observar os desafios de uma Política que não era vista como prioridade; durante todo esse percurso, tive a oportunidade de assistir e participar da evolução, gestão e execução da Política de Assistência Social, que contribuiu de forma direta para um olhar crítico, sob a perspectiva de uma política como direito do cidadão e dever do Estado. Fazer esse contraponto entre teoria e prática ainda na faculdade, gestava a ideia de que a práxis é ponto forte e indispensável para uma atuação profissional que rompa com uma postura inerte frente às contradições vivenciadas no dia a dia do fazer profissional.

Ao me formar, entrei no universo dos projetos habitacionais, que me fizeram ver e abrir um leque, na prática, sobre como as questões de moradia digna atingiam as famílias. Vivenciar os desafios de todo o processo de adaptação dessas pessoas era desafiador, principalmente porque muitas delas, eram habituadas a estar em espaços individuais, e quando passavam a vivenciar em espaços coletivos, o que exigia outras regras de convivência, os conflitos eram rotineiros. Está a frente na mediação desses espaços e relações, era a possibilidade de entender as complexidades e buscar viabilizar o acesso dos usuários a cidadania, sabendo que hoje, a habitação de qualidade não é visualizada apenas pelo acesso à moradia, mas sim, o acesso ao saneamento básico, a sustentabilidade, responsabilidade ambiental, mobilidade urbana, dentre outros fatores.

Ao findar essa jornada no cenário da habitação, retornei para Assistência social, já como assistente social, onde fiquei por cerca de seis anos trabalhando no contrato, com vínculo empregatício temporário, e sentia na pele como essa fragilidade de vínculo

empregatício vulnerabilizava exercer uma profissão que em suma, é questionadora do sistema.

No ano de 2018, me tornei efetiva e passei a exercer minha atividade profissional em Garanhuns-PE, já considerada cidade de grande porte, e assim, novos desafios se lançavam, visto que, embora o fazer profissional é complexo em qualquer tempo e espaço, a mudança de atuação de uma cidade de pequeno porte, onde tudo é perto, mas também longe; para uma cidade de grande é no mínimo provocador. Vale dizer que a efetivação, não garante a tranquilidade e comodidade, embora se tenha estabilidade, a ausência de salário condizente com nosso fazer profissional, atrelado a valorização como um todo fazer profissional do Assistente Social, ainda tem um longo percurso a percorrer, e por vezes me questiono, como profissionais que tem no berço de sua profissão o pensamento questionador, aguerrido e desafiador frente a um sistema dominante e excludente, não consegue dispor dessa mesma disposição para lutar por suas próprias causas. Sabemos, no entanto, que muito já conquistamos, mas se lançarmos um olhar mais generalista, não temos uma postura de categoria tão sindicalizada, a exemplo dos professores, e outras categorias, inclusive de nível médio, que são fortalecidos na luta pela valorização de sua profissão. Por sermos uma categoria tão engajada nas lutas por acesso a ampliação e viabilização de direitos, deveríamos, ao menos, termos mais engajamento quando se trata de nossa própria causa.

Somos bombardeados por demandas gigantescas, nos sendo fornecidas condições precárias para executá-las, cobranças que vão para além do que é nossa função e está expresso na política que executamos, assédios nivelados, e aqui fazendo o destaque a de Assistência Social, que foi gerada dentro de um pensamento social da Igreja, que via a questão social como uma questão moral e um conjunto de dificuldades de responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciavam, mesmo estas, estando situadas dentro de um sistema de relações capitalistas.

O Serviço Social me abriu não apenas o espaço de campo profissional, ele me deu a base para me debruçar no estudo e análise de uma sociedade de conflitos de interesses e domínio, onde questionar o sistema ultrapassa as barreiras das discussões acadêmicas. Somos profissionais que se entrelaçam com os resultados do antagonismo de classes, tendo nas expressões da questão social nossa matéria prima de trabalho, e assim, temos a oportunidade enquanto trabalhadores de contribuir com uma atuação direcionada para a defesa de princípios democráticos, ético-políticos e da coisa pública, numa postura de contínua atenção, buscando oportunizar o acesso ao direito e sendo ativo nos processos decisórios e democráticos.

É importante ressaltar que quebrar com a visão da lógica culpabilizante e moralizadora, de que o Assistente Social é apenas uma ponte para acesso a concessão de benefícios, e mais que isso, desmistificar para sociedade que o Serviço social não é filantropia, benevolência ou caridade, e que rompem com os muros da boa/bom samaritana(o) deve, ou deveria ser, uma luta diária de quem compreende de fato quais os princípios fundamentais da profissão, muito bem explicitada no código de ética profissional, que tem como base a ideológica do marxismo.

Hoje, já especialista em Política de Assistência Social, vi na Especialização em Gestão de Políticas Sociais uma oportunidade de abrir o leque de conhecimento em torno das Políticas voltadas à população da qual atendo. Embora, a metodologia do ensino tenha sido a mesma de minha graduação, realizar um curso em uma Universidade Pública proporciona um diálogo com mais possibilidade de criticidade e escopo do que é público, principalmente quando o curso é direcionado a trabalhadores, que vivenciam os desafios de uma política que embora seja um uma conquista revolucionária para um país tão caritativo e moralista, nos coloca todos os dias desafios que nos fazem viver uma relação de amor e ódio.

Parte II

2.3 Disciplinas e percursos percorridos

Realizar um curso em uma Universidade Pública é um universo onde a dinâmica nos lança para uma realidade mais crua e crítica. Uma oportunidade muito desejada por mim desde que entrei no universo acadêmico, de me sentir parte desse contexto de ensino superior público e mesmo não tendo a oportunidade de realizar essas discussões de forma presencial, tato a tato, com os companheiros de turma e mestres, foi sem dúvidas uma experiência riquíssima.

As disciplinas tratadas ao longo deste curso de pós-graduação lato sensu me trouxeram a avaliar o outro lado da moeda, já que enquanto profissional da ponta, do lado de quem executa política, sentia de forma prática em minha atuação profissional o resultado dessas políticas, mas ao analisar enquanto gestão, vemos os ângulos de cima para baixo, de como essas se montam para serem apresentadas a sociedade, via serviços, programas e projetos. Dialogar sobre a teoria e práxis nesse âmbito, a exemplo, das disciplinas de Desigualdade, Políticas Sociais e Cidadania e Políticas de Segurança e Desenvolvimento Social, nas quais

podemos discutir e refletir sobre como a organização da sociedade em especial do Brasil, proporcionou a todos da turma lançar olhar sobre questões que vão além do óbvio que é lançado a prática. Particularmente falando, foram das discussões que mais pude aprofundar e me sentir estimulada a pesquisar e embasar leituras que já tinha feito outrora, mas que por vezes sentia necessidade de penetrar mais a fundo no tema, e durante essas aulas, vi um espaço fértil para lançar mão de inquietações, dúvidas e críticas sobre sistemas que sempre me colocaram num lugar de movimento constante.

Além de serem disciplinas das quais me identifico pela linha de discursão, essas foram também fundamentais para embasar e expandir meu olhar para assuntos que seriam cruciais para meu trabalho de conclusão de curso, a exemplo da Reforma Gerencial de Bresser Pereira, que traz para o Brasil, uma nova forma de governança dentro do Estado. A postura teórica e crítica dos professores durante essas aulas, deixaram para nós cursistas, a abertura para dialética dentro desse espaço acadêmico.

Ainda durante essas aulas, que fomentaram muito as análises teóricas, vimos o quão a prática necessita de uma base teórica ampla, não apenas respostas pragmáticas e simplórias sobre o que seria Estado, o que é uma Política pública e ou social, mas sim, de como o sistema se organizou e se organiza para oferecer a construção dessa sociedade que está posta, e como esse Estado e Políticas Sociais entra nessa mediação de conflitos de classe, e de como ela é e se apresenta dinâmica e fluída, e nós precisamos estar imbuídos de conhecimento para lidar com essas mudanças. Essas discussões trouxeram a práxis e oportunizou avaliar e realizar contrapontos da realidade atual, enquanto cidadão observador e enquanto profissional que atua diretamente com as expressões das questões sociais.

Um momento riquíssimo para nós acadêmicos, foi a participação do Presidente do Banco Palmas, que nos trouxe a experiência de um banco gerido com uma moeda própria, que vem oportunizando para uma comunidade o acesso a condições de cidadania e espírito de coletividade, um debate sobre como a participação das pessoas no processo de decisão, pode interferir positivamente na construção de um espaço equânime.

Durante as disciplinas de Controle Social, Gestão Estratégica e Política Estadual de Assistência Social, foi lançado para o cenário de maior proximidade com a realidade que vivenciamos dentro do Estado de Pernambuco, em especial da Política Estadual de Assistência Social, e embora tenhamos um Estado rico em diversas questões, somos um território cheio de contradições sociais e econômicas, mais avivados por sua história patrimonialista e coronelista. Mas, a que se observar os grandes avanços e conquistas que tivemos ao longo desses últimos anos Política de Assistência Social em Pernambuco, um

exemplo notório disso foram as implantações dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS em todos os municípios, onde antes, tínhamos apenas CREAS regionais, o que dificultava e impossibilitava o princípio da territorialidade e maior proximidade com a realidade dos usuários e casos atendidos, principalmente nos municípios de pequeno porte e distantes dos grandes polos.

As formações voltadas aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, também é um exemplo a ser colocado como uma prática exitosa e que contribui diretamente para uma política fortalecida, com profissionais mais atualizados e imbuídos de conhecimento. Afinal, uma Política de Estado não se fortalece se olharmos apenas com um olhar micro e reducionista, e há muito que precisamos avançar no que tange uma visão ampliada e que dialoga com as demais políticas, sabendo que é impossível a Assistência Social promover a proteção social, sem que dialogue e articule o acesso as demais, viabilizando a corresponsabilidade entre as políticas, visto que fazemos parte de uma Seguridade Social, que por vezes não conseguem nem dialogar entre si.

Quando tratamos sobre o controle social, notou-se muito a necessidade de fortalecimento dessas instituições e de como sua fragilidade interfere diretamente na qualidade e oferta das políticas. É válido colocar também de como a falta de conhecimento sobre a coisa pública, de como esses espaços, difere do setor privado, onde surgiu o planejamento estratégico, assunto esse, muito discutido durante as aulas.

Nesse sentido, compreender a funcionalidade do Estado e sua governabilidade é ponto de partida para embasar a tomada de decisões de acordo com a realidade posta, visto que, uma política pública é ligada diretamente a um planejamento. E esse planejamento não é algo estanque, ele é vivo, dotado de dinamismo, construído e adaptado a cada ação, podendo e devendo ser aperfeiçoado e mudado sempre que necessário. Principalmente dentro da política de Assistência Social, por se tratar de uma área que demanda recursos escassos e por vezes, desconhecimento da população e até de algumas outras políticas, sobre sua função e objetivo. Sabendo ainda dos ataques e desfalques que essa Política levou longo dos últimos anos, em especial após a PEC 95/2016 (que congelou o aumento de gastos em políticas públicas por vinte anos), expondo ela a grandes impactos orçamentários com sérios danos a sua gestão e execução.

As aulas de Direitos Humanos nos trouxeram para caminhos reflexivos, visto que tratar de direitos humanos é indispensável na formulação e execução de Políticas Sociais, principalmente a de Assistência Social. O tema foi trabalhado abordando como a violação desses direitos contribuem para o processo de adoecimento mental. E nós trabalhadores do

SUAS, sabemos bem como essas consequências traz sequelas ferrenhas a indivíduos em sua dinâmica familiar e social.

Vale dizer que a compreensão de Direitos Humanos é diferente em relação ao contexto de cada grupo, sociedade e cultura, sendo necessário que contextualizemos esses direitos para melhor compreendê-lo, discutir sobre ele é falar sobre estruturas, conjunturas e como elas se organizam no processo de formação da sociabilidade, afinal, não podemos trabalhar esses direitos sem retratar a coletividade. O individual não pode se sobrepor a esse coletivo quando falamos em viabilização e garantia de direitos.

Muito se discute sobre esse conceito de Direitos Humanos, não sendo uma tarefa tão simples, visto sua amplitude sobre os aspectos políticos, sociais e conceitos que englobam a temática. Partindo da concepção naturalista, que vê o direito como inerente ao homem, sendo direitos que se inscrevem na natureza humana. Já na concepção jusnaturalista, os direitos são inerentes a pessoa humana, devendo ela questionar e propor, o homem é visto essencialmente como ser social, sendo seu reconhecimento reconhecido apenas em sociedade. Contrapondo a isso, a visão culturalista, vê os Direitos Humanos como construções culturais e que sofrem influências dos acontecimentos históricos, assim, vemos por essas “convergências” de conceitos, que não existe um conceito definido sobre sua conceituação.

Sabendo que somos pessoas que vivem em coletividade e para podermos viver de forma minimamente organizada, precisamos estabelecer regras para que todos tenham acesso e usufruam de seus direitos, levando em consideração que o crescimento da consciência coletiva, que vem por meio do tempo e evolução da sociedade é pressuposto indispensável para evolução enquanto direitos.

A proteção, respeito, diversidade, liberdade e espiritualidade são os pontos fundamentais para tratar esses Direitos Humanos, cada um desses pontos termina por se entrelaçarem no arsenal de viabilização para uma dignidade humana, “eu não sou livre, quando o outro não é livre, liberdade não é opressão” (sic), como sabiamente cita Hugo durante sua aula. Pegando esse gancho, trazemos isso para o contexto atual ao qual estamos no nosso país, onde a barbárie tomou conta dos processos decisórios de um governo de extrema direita entre o ano de 2018 à 2022, que se apresentou como postura e ações autoritárias e que amputa diariamente a existência das minorias, a comunidade LGBTQIA+, indígenas, negros, mulheres e demais grupos estigmatizados. Quando as liberdades individuais são usadas para violar o direito do outro, a coletividade é fragmentada e o processo de fortalecimento das lutas de classe enfraquece no poder de articulação e voz. Valendo dizer

que em um contexto de fundamentalismo não se segue Direitos Humanos, na barbárie, os direitos humanos não têm voz, nem vez.

Pudemos indagar também o quanto ficamos e ainda estamos anestesiados no processo de construção de luta coletiva, de como momentos de barbárie cria um ambiente de alienação e adoecimento mental, passamos a naturalizar aspectos que em outras circunstâncias, talvez não fossem nem aceitos, o sistema do capitalismo selvagem, suga nossa visão de empoderamento coletivo e o individual ganha cada vez mais espaço.

Partimos para a discursão de como podemos lidar e enfrentar essa violência aos Direitos Humanos, e vemos que nós estamos em um estado de defesa constante, porque nos sentimos ameaçados a todo tempo, seja enquanto pessoa, na nossa vida, e em nossas escolhas privada, seja como cidadão, quando o Estado também é o violador de direito. Esse é um processo que nos leva a um adoecimento mental, individual e coletivo.

Trabalhar a lógica da autoconsciência, do conhecimento de si, conhecer, reconhecer e aceitar nossa história, nossos processos são fundamentais para enfrentar a máquina que nos violenta todos os dias.

Um documentário que muito tocou foi **Cicatrizes da tristeza**, que mostra o processo de adoecimento mental, tão atual e que se torna cada dia mais crescente na juventude, a autolesão, um grito silenciado, que fere as escondidas, que escancara a falta de acolhimento e diálogo de uma sociedade que tem pressa. Vivemos no automático, a falta de entendimento e do ouvir, vem desde, e principalmente do contexto familiar, a tecnologia aproxima o que está longe e distancia o que está perto. Escancara a necessidade de compreender o quanto precisamos abrir espaço para o ouvir, para colher o outro e ajudar em seu processo de sofrimento.

Vivemos numa sociedade de culpabilização, nós culpabilizamos a vítima, achamos que o outro escolha está na condição de violência, seja ela autoprovocada ou não. Nesse contexto se faz necessário distinguir a vítima do vitimista, a primeira quando entende que é vítima, tentando romper com esse processo de violência, já a pessoa vitimista sente que a culpa está nela, e dificilmente consegue sair desse contexto de violência.

As políticas sociais falham quando ela não foca na vítima, em seu processo de adoecimento, trabalhamos mais com a punição do agressor, muitas vezes para dar respostas rápidas a opinião pública, a vítima é colocada no papel de que seu violador estando punido, sua dor está sarada, ou vingada; muitas vezes não fortalecemos sua fragilidade emocional, seu processo de cura pessoal e social, não conseguimos fazer com que essa pessoa se dê conta de que ela é vítima e consiga romper com esse ciclo de violência a qual foi exposta.

Nós que trabalhamos com os Direitos Humanos também precisamos ter a consciência e de nossos direitos, reconhecer nosso espaço, de quanto também somos encurralados, oprimidos e violentados em nossa existência, principalmente os que se enquadram nos grupos de minorias, profissionais que lidam diretamente com pessoas que tem seus direitos mais básicos usurpados em múltiplos contextos e se nos enquanto trabalhadores não conseguimos dialogar e compreender que o estamos em um processo de adoecimento coletivo, numa tensão entre o que acolher e afastar os que estão a margem, o caminho será ainda mais árduo se individualizarmos as dores, as lutas, se nos colocarmos no lugar de reprodução de uma sociedade violenta. Que o nosso pressuposto seja a liberdade, sabendo ainda que não existe liberdade absoluta, visto que precisamos de regras e diálogo para viver em sociedade.

Vimos que não existe planejar e executar Políticas Sociais sem ter os Direitos humanos como sua base, discussões riquíssimas que nos inquietaram, não apenas no nosso fazer enquanto profissional, mas também com nossa postura enquanto pessoa na sua subjetividade.

Trazendo essas questões para o nosso dia a dia dentro do fazer profissional, nos deparamos com as contradições que vivenciamos dentro do processo de construção e execução das políticas públicas, em especial das políticas sociais, objeto de nosso estudo, desafios que vão além da análise crítica, e que por vezes criam barreiras dentro do que é real e do que é almejado enquanto política de Estado.

Com a vivência de um Estado capitalista, que em sua essência termina por fragmentar, individualizar e descaracterizar o direito a uma política de proteção, que está destinada segundo sua legislação a universalidade, se fez tão necessário a busca por uma vivência acadêmica que rompa os muros da academia e leve aos atores partícipes dessa política, o senso de criticidade e conhecimento para quebrar correntes que amordaçam a ação e autonomia.

3 CONCEITUAL – SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo apresenta uma análise teórica dos temas que são indispensáveis para a compreensão do trabalho ora exposto, bem como as inquietações trazidas por temas que fundamentam o arcabouço de criticidade, buscando não apenas elucidar algumas questões, mas também propor discussões e questionamentos para um processo de diálogo crítico.

3.1 Estado e Políticas Sociais

Esse capítulo tem por objetivo fazer uma correlação entre o Estado e sua relação com a Política Social. Assim, toma-se por base a análise em torno de Estado e Política Social como fundada pelo processo de construção das relações sociais e disputa de projetos societários (muitas vezes antagônicos, inclusive). É apresentada nas relações entre o Estado e a Política Social uma natureza contraditória, e graças a isso, a política social pode atender a questões e necessidades sociais básicas, e ao mesmo tempo ser seduzida pelo capital financeiro, para servir aos seus próprios interesses, sobre isso reflete Pereira (2013) “a política social tornou-se muito mais útil ao capital do que ao trabalho” (PEREIRA, 2013, p. 15). Ainda sobre o tema, cita Duriguetto e Montañó.

A organização do Estado (e dentro dela as políticas sociais) reflete então a síntese das lutas sociais históricas que, incorporado as conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, confluem num projeto político-econômico da (fração de) classe hegemônica (o capital monopolista) para a produção da ordem, em face das necessidades da superação das crises econômicas – reproduzindo e ampliando a acumulação de capital – e políticas – legitimando o sistema perante as demandas populares e reduzindo os níveis de conflitividade. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011. p. 145.)

A partir de uma análise dialético materialista, observa Pereira (2013, p. 16)), “que são os despossuídos de bens materiais e financeiros que sustentam os possuidores desses bens”, as Políticas Sociais, vistas como resultado das lutas de classes e da correlação de forças sociais, tem o intuito de atender as necessidades básicas dos cidadãos, atendendo a interesses diversos. Assim, por via estatal elas conseguem dar respostas às expressões da questão social, embora estando nessa ambiguidade de interesses.

No Brasil, uma maior ênfase do protagonismo nas Políticas Sociais de cunho “universalista” por parte do Estado é iniciada a partir da Constituição Federal de 1988, e com ela a inovação da Seguridade Social enquanto direito, baseado num modelo importado de

características típicas do Welfare States. Esse “Estado de Bem-estar Social”, “que de modo geral pode ser caracterizado pela responsabilidade do Estado, como garantidor do bem-estar de seus membros. Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos[...]” (YAZBEK, 2014, p. 08) Nesse modelo, segundo a análise de Esping-Andersen (1991), se divide em três tipos: o liberal, com políticas focalizadas e mínimas aos comprovadamente pobres, no qual as famílias resolveriam basicamente sozinhas e o Estado entra depois de forma incompleta e fragmentada; o conservador corporativista, que garante direitos para classes específicas e busca a manutenção de classes na sociedade; e o social democrata, que tem um perfil universalista no campo das políticas públicas e com direitos estendidos também à classe média, com o intuito de reduzir as situações de risco e prevenir vulnerabilidades sociais, sendo esse último o modelo que mais se aproxima do modelo adotado no campo da seguridade social brasileira.

No Brasil, a partir dos anos 90 do século XX, o modelo de “Bem-estar Social” se torna o caminho para implantação de um sistema conservador pautado num modelo neoliberal, pois “a ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia [...]” (CARINHATO, 2008, p. 38). Visando ainda a redução de serviços públicos, prevalência do capital financeiro em detrimento do setor produtivo e ajuste fiscal. Embora, atualmente a ideia do neoliberalismo moderno aceite alguma combinação entre política econômica com política de desenvolvimento social, já que uma não se sustenta sem a outra.

A partir de meados de 1993, iniciou-se no Brasil os primeiros movimentos concretos para a Contrarreforma do Estado, alinhada com o pensamento do Consenso de Washington (1989), essa reforma visava a estabilização e reforma econômica. Encabeçada por Bresser Pereira, onde colocava que a Constituição de 88 seria a responsável pelo retorno ao patrimonialismo (ou clientelismo e fisiologismo), pela burocratização e ineficiência da atividade social estatal e por uma crise de governança (MONTAÑO, 2010, p 40). Define-se assim uma Reforma Gerencial, configurando um novo perfil para o trato da questão social, com postura privatista e subordinando as políticas sociais às pautas econômicas, o cidadão passa a ser tratado como “cidadão-cliente”.

Esse modelo gerencial de governança busca enfrentar com êxito as falhas do mercado, tornando-o mais eficiente, de modo a atender ao cidadão com melhor qualidade e a um menor custo. Dentro desse contexto, é notório observar esse discurso, retratando a ideia de um estado democrático eficiente. O que se pode ver na realidade vivida é apenas um Estado enxuto,

privatista e que muitas vezes transfere sua esfera de responsabilidade no enfrentamento das expressões das questões sociais para a sociedade e a família. Uma cidadania com ideais individualizados, onde a inclusão e conquistas, são transformadas em competição, colocando para os indivíduos a responsabilização de buscar sua própria proteção e subsistência. Neste sentido, Pereira (2013) aponta ainda que no contemporâneo, a tendência da política social é justamente um intenso processo de desproteção social e de descidadanização, referenciada na falsa meritocracia e intrinsecamente relacionada ao poder de consumo das pessoas, não sendo surpresa que, nesse panorama, “a política social que vigora mundialmente, tenha sofrido uma forte guinada para direita já que foi apropriada pelo ideário neoliberal triunfante e submetida, até os dias de hoje, aos seus desígnios”. (PEREIRA, 2013, p. 19), o autor é certo também ao apontar que essa narrativa de mudança radical de governança do Estado, a inquietação dominante é a de achar soluções rápidas e menos onerosas para liberar os pobres o mais rapidamente possível da proteção do Estado.

É importante destacar ainda que num cenário de ideologia neoliberal, até mesmo a esquerda se apropria de conceitos e propostas liberalizantes, como bem refere Viana e Silva, “inclusive muitos políticos de centro-esquerda adotaram com entusiasmo alguns credos centrais do neoliberalismo, tais como: desregulação, privatização, liberalização financeira e empreendedorismo individual” (VIANA; SILVA, 2018, p. 2109).

A Seguridade Social que se estabeleceu no campo da universalidade, também deixou grandes lacunas e abriu espaço para desproteções sociais. Como cita Sposati (2018, p. 2316), a “Seguridade Social, instituída no Brasil pela Constituição Federal de 1988 (CF-88), expressa modos de mercadorização nas três políticas que a materializam: saúde, assistência social e previdência social.” A autora ainda coloca que “seus três pés, fincados em três políticas, cujas matrizes de atenção são desarticuladas entre si” (SPOSATI, 2018, p. 2318). Talvez essa Seguridade, como refere ela, não foi vivida por um movimento popular, como também não foi compreendido seu horizonte como algo almejado; sua existência não contagiou a sociedade, que não a dotou de sentido. Levando em conta que a política social faça com que seu beneficiário pague de alguma forma pelo benefício ganho, levando essa política como confere Sposati (2018, p. 2317) seja “diluída e afastada para o campo privado filantrópico, afogando nesse líquido seu componente democrático e republicano”.

3.2 Terceiro Setor e sua relação com Estado

A relação de um modelo neoliberal de Estado implica na transferência da responsabilização e execução de políticas sociais, aqui destacadas as do campo da Assistência Social para o Terceiro Setor. Contudo, antes de adentrar nessa relação diretamente, é importante elencar alguns pontos importantes sobre seu conceito. Vale dizer, como aborda Montaña (2010), que o conceito e debate sobre o Terceiro Setor, oferece um grande serviço ao capital e à investida neoliberal, na luta pela hegemonia na sociedade civil e no interior do processo de reestruturação do capital. “O Terceiro Setor seria, para seus autores, o conjunto de organizações mais ou menos formais da “sociedade civil” (MONTAÑO, 2010. P. 182). Esses autores ainda se referem a ele como, organizações não-lucrativas e não governamentais; instituições de caridade; atividades filantrópicas; ações solidárias; ações voluntárias e atividades pontuais e informais. Fazendo uma crítica a esses conceitos e referências, Montaña faz uma análise crítica sobre a realidade colocando que este conceito seria inteiramente ideológico e inadequado à realidade, posto que, “a realidade social não se divide em “primeiro”, “segundo” e “terceiro setor” – divisão que, como vimos, consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista” (MONTAÑO, 2010. P. 182). Uma vez observado os questionamentos apontados acima, segue-se a análise.

Assim, o discurso de descrença no Estado, de que ele é naturalmente ineficiente, burocrático e lento, discurso esse difundindo de forma intencional e com objetivos claros pelos fomentadores do projeto neoliberalista e seu modelo gerencial, que transfere para o terceiro setor responsabilidades, fazendo com que esse seja visto como agente de transformação, com assistência desburocratizada e eficiente nas respostas às questões sociais. É importante ainda destacar nesse cenário, uma história de forte relação com o voluntariado e filantropia no Brasil.

Isso posto, a proposta da reforma do Estado de Bresser, coordenada pelo extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), aprova em ainda em 1998, a lei 9.637, publicada no DOU de 18/05/98, que tratava da qualificação de entidades como organizações sociais, e a criação do Programa Nacional de Publicização, que envolveu um processo de publicização, se traduziu num movimento em direção ao Terceiro Setor, mediante o qual é transferida para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, constituindo a chamada parceria entre Estado e Terceiro Setor. Ainda em 2014, temos a criação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019 criada a partir da necessidade de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relativo às suas parcerias com as OSCs.

Com base nessas normas que estabelecem sobre os tipos de organizações e sua parceria com Estado, estas passam a ter um papel no financiamento direto ou indireto, a essas entidades e, como coloca Montaño (2010), decerto muitos esses incentivos fiscais ou financeiros favoreceram para explicar a “mudança de mentalidade” de boa parte do empresariado, que agora aparentemente se mostra mais preocupado com o social, e o comemorado crescimento das organizações do terceiro setor. Quando o governo cria o processo de publicização, esse “amplia o ecletismo do segmento, gerando uma nova categoria de organizações que contraria uma lógica importante de atuação histórica do Terceiro Setor: a autonomia de suas entidades em relação ao Estado.” (MENDES, 1999. p, 83).

Mendes (1999) ainda observa que esse ecletismo do terceiro setor é positivo, por um lado, porque revela o pluralismo das formas de atuação comunitária; mas por outro lado, aponta lógicas de intervenção social e modalidades de articulação externa muito distintas, o que atrapalha a sua identidade. Nesse contexto, a visibilidade dessas entidades pode se dar de forma fragmentada e descontínua, à sombra de outras teses trabalhadas nas relações, um tanto quanto problemáticas, entre o Estado e a sociedade e entre o público e o privado.

Nesse sentido, a condução fragmentada da proteção social brasileira coloca em risco sua responsabilidade em afiançar aquisições basilares à dignidade da pessoa humana e cidadã. Vale colocar ainda, como aponta Sposati (2018, p. 2317), que o atravessamento das atuações do Estado pela religiosidade, especialmente no campo da Seguridade Social, vem resultando seu humanismo de natureza laica, público e estatal para o humanismo sujeito a “morais” de diversas práticas religiosas. Essa submersão encontra amparo em organizações sociais que, ao aderir por convênio a gestão de um serviço socioassistencial, não lançam mão dos princípios particulares de sua missão.

A autora observa ainda que esse “direito à proteção social transmutado em caridade financiada por dinheiro público, exclui, no seu processo de gestão, os princípios democráticos de transparência, do planejamento, da avaliação e do controle social” (SPOSATI, 2018, p. 2317). E quando se fala em financiamento, não seria necessariamente de retorno financeiro direto em forma de lucro, mas em imagem positiva de empresas ou instituições. Portanto, mesmo que de forma encoberta, o Estado, principal ator na promoção do terceiro setor, paulatinamente termina se retirando do trato às questões sociais, vê-se por perdas de direitos, políticas fragmentadas e descontinuadas. Nesse Contexto, Yazbek aponta que:

[...] é inegável que o avanço do ideário da “sociedade solidária” vem-se colocando como alternativa face à limitada ação social do Estado no neoliberalismo, quer pelo papel de subsidiariedade que cabe ao Estado nesse

ideário, quer porque a lógica neoliberal confronta-se com o próprio pensamento igualitário na esfera pública (YAZBEK, 2015, p. 06).

Yazbek (2015) ainda afirma que a solidariedade social, apoiada nesse Setor privado e não mercantil de provisão social é indicativa de ideologias de quem comanda os processos atuais de redefinição dos papéis do Estado e da Sociedade Civil no âmbito do bem-estar social, assinalando para a construção de um sistema combinado de proteção social no campo da universalidade e caráter público, ela ainda refere que “essas questões exigem que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, competindo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade”(YAZBEK, 2015, p. 06).

Contudo, não se pode negar que o terceiro setor tem um importante papel na Política de Assistência Social, no entanto, este não tem um caráter universalista, abrangente de forma equânime e com caráter de laicidade, princípios que devem, ou deveriam ser basilares do Estado para o planejamento, execução e avaliação de uma Política Pública.

3.3 Política de Assistência Social: entre a proteção e desproteção social

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social começa seu processo de implantação como política de direito, universalista e com a responsabilidade do Estado, buscando romper com o seu formato assistencialista e clientelista. Porém, até chegar a esses avanços, muito já transcorreu e ainda transcorre neste ínterim em particular, e aqui cabe tratar brevemente sobre algumas delas.

O trato à questão social não era visto historicamente como algo público e estatal. Principalmente por uma cultura historicamente antidemocrática e antirrepublicana que percorreu boa parte do passado brasileiro, como bem observa Berhing (2009), essa cultura manifestou-se historicamente por ações que oscilaram entre o assistencialismo, a tutela e o favor de um lado, e a repressão de outro, diga-se, pela distância em relação a ideia de direito. Fundada na ideia da Reforma do modelo gerencial de Bresser e implantação do plano real, o estado brasileiro sai da Ditadura Militar (1964-1985) e se estabelece como agente passivo, subordinado ao capital internacional. Contradizendo o que está posto na CF 88, ainda nos anos 90, se começa a tratar a questão social com políticas focalizadas e compensatórias, afastando-se do conceito constitucional de seguridade, ou “ignorando-o solenemente” Berhing (*ibid*, p. 41). Nesse sentido, o autor afirma que a experiência de gestão da política de

assistência como direito universal de cidadania nos anos 90, era “remar contra a maré, enfrentar obstáculos econômicos, políticos e culturais seculares e atuais no Estado” (*ibid*, p. 41).

A Seguridade Social lançada pela CF 88, trouxe consigo a ideia de universalidade, direito humano e civilizatório, no entanto, como já citado, ela foi desqualificada por um modelo de sistema político/econômico de cunho neoliberal, que intencionalmente direcionou seus interesses e afetou sua finalidade original por exemplo, de uma promessa de laicidade, descolada do compromisso divino, como coloca Yazbek:

Nessa decomposição, a proteção social esvai de sua vinculação à Declaração Internacional de Direitos Humanos de 1948, e transita para a condição de bem de consumo individual. É gerada, na oferta do Estado, como estamentos hierarquizados pela qualidade de proteção social, distribuídos pela posição social e ganho do requerente. Essa relação negocial abandona a condição igualitária de cidadania. (YAZBEK, 2018, p. 2316).

Não é difícil notar que a postura focalizada e privatista, típica de um estado de modelo neoliberal, abre espaços para uma série de desproteções sociais para boa parte da população, principalmente aquelas que não atendem a critérios de condicionalidades. Ainda, segundo Sposati “a falta de unidade da Seguridade Social brasileira cedeu lugar para a vivência paralela e desintegrada de órgãos estatais em suas extensões federativas a estados e municípios, não raro fragmentados por OSCs”, (YAZBEK, 2018, p. 2324). O Igualitarismo promovido por um Estado intervencionista, na visão dos defensores do neoliberalismo, deveria ser combatido, no seu lugar, a desigualdade e concorrência são motores de estímulo e desenvolvimento social.

No universo da proteção social a Política de Assistência social, como parte do tripé da Seguridade Social, precisou iniciar quase do zero, visto que diante das outras duas políticas saúde e previdência que tem basicamente suas bases mais fincadas e organizadas, como bem cita Sposati, essa política vem “com competências pouco claras, quanto ao que lhe competia assegurar como dever, manteve forte vínculo com o ativismo pragmático, de cunhos pontual e emergência” (SPOSATI, 2018, p. 2319), demandando sua institucionalização estatal para, cumulativamente nacionalizá-la e descentralizá-la sob o pacto federativo.

Em 1993 a LOAS vem representando um marco revolucionário na normativa da proteção social, haja vista seu caráter organizativo e universalista, trazendo o Estado para o centro da responsabilidade da cobertura social. Nascendo em um contexto de ajuste fiscal, ela enfrentava inúmeros obstáculos na década de 1990 para sua materialização, principalmente o

financeiro, onde viabilizava mais o ajuste fiscal, em detrimento das necessidades da população. Assim, na ofensiva neoliberal representada pelo modelo Gerencial implantado por Bresser, que tinha a visão do “cidadão-cliente” e “não cidadão-usuário”, Montañó coloca:

[...] os serviços sociais e assistenciais têm uma clara função social, não mensurável financeiramente; portanto, não podem ser avaliados seguindo critérios gerenciais (regidos pela relação custo/benefício) nem empresariais (orientados pelo lucro) ... (MONTANÓ, 2010. P. 42).

No cenário mundial da proteção social se releva a existência de grandes lacunas em todo o ciclo de vida das pessoas, e especificamente nessas situações acarretando mais pobreza, adoecimento e morte, pois:

[...] não é apenas o movimento de queda na provisão pública de serviços sociais, mas sim uma grande imbricação dos sistemas de proteção social com a economia, com a reestruturação neoliberal do capitalismo, o que distancia a proteção social do direito e da oferta pública para uma proteção mercantilizada de provisão privada e paga pelo cidadão (VIANA; SILVA, 2018, p. 2110).

Importante dizer que o desconhecimento sobre as desproteções sociais e suas manifestações, acompanhada de sua invisibilidade, pode acarretar ainda mais dificuldades para garantir ações protetivas e a garantia dos direitos sociais da população, como elenca Alcântara e Duarte (2019, p.263). Posto isso, é notório o quão precisamos avançar dentro da Política de Assistência Social, e isso não se limita ao campo da sua execução, muito além disso, é importante fechar grandes lacunas que se mostraram durante seu processo de planejamento e implantação.

3.4 O Controle Social: seu papel no Estado e no fortalecimento da Política Pública

Tratar a Política Pública com o intuito de torná-la mais efetiva ao papel que se propõe é trazer para o centro da discussão o controle social, visto esse ser pressuposto indispensável para sua concretização. Assim, quando falamos sobre a participação ativa da sociedade no processo de construção das Políticas Sociais, abarcamos não apenas a atuação de controle, mas o princípio de pertencimento do que é público, dentro de um sistema democrático. Como discorre Dahl (2001), a democracia é compreendida como um conjunto de regras e princípios de uma constituição, pois é isso determina como será a tomada de decisões da sociedade.

Ainda segundo esse autor, nessa constituição todos os pertencentes devem ser tratados como se estivessem aptos para tomar as direções sobre as políticas a serem adotadas. Assim, nessa percepção os sujeitos devem ser considerados politicamente iguais. Entretanto, Dahl

(2001) coloca que, a democracia por si só, não é suficiente para garantir que os cidadãos sejam, prósperos, felizes, saudáveis, justos e pacíficos, isso está além de um sistema de governo, mesmo que democrático.

Quando o povo está ativo em seu exercício de cidadania, que segundo Carvalho (2001), pode ser compreendida como a integração das pessoas no governo via participação política, via garantia de direitos individuais, via justiça social. E Assim conseguimos verificar e analisar a Estadania, que segundo Carvalho (2001), estabelece uma relação de clientelismo com o Estado e que faz com que o povo seja um dependente desse, não conseguindo resolver os grandes problemas do país, mas sim estabelecendo um cenário de direitos reduzidos e uma noção minimalista dos meios de subsistência, tornado a democracia uma ação de cima para baixo. Nesse sentido, Dahl (2001) nos faz refletir sobre o conceito ampliado da democracia, colocando também, que não basta apenas a escolha de um governo para possibilitar com que um o povo tenha o acesso a qualidade de vida em sua amplitude, segundo Dahl:

... a democracia em sua essência evita a tirania, possibilita direitos essenciais aos cidadãos, proporciona a liberdade, a autodeterminação, a autonomia moral, o desenvolvimento humano, a proteção dos interesses pessoais essenciais, a igualdade política, a busca pela paz e a prosperidade. Contudo, Dahl ressalva que a democracia não é capaz de assegurar que os cidadãos sejam felizes, prósperos e saudáveis, sábios, pacíficos ou justos. Na concepção de Dahl, atingir esses fins está além da capacidade de qualquer governo, inclusive o democrático. (DAHL, 2001, p.)

Assim, observando a história na evolução da democracia e cidadania, percebe-se que o cenário de construção do país, têm raízes fortes no patrimonialismo e políticas populistas, e embora se tenha uma Constituição considerada como “Cidadã” em vigência, muito há de se fazer na prática para efetivar o que nela foi imaginado e escrito. Não é difícil ser notado pelo histórico de um país escravocrata, ver uma postura complacente e muitas vezes omissa diante do pouco conquistado, citando Garcia, o Brasil não é uma nação de direitos conquistados, mas sim de direitos concedidos. Abrindo espaço para uma estadania, onde governo lança direitos e gera um contexto de monopolização e subordinação.

Nesse contexto, o controle social cumpre um papel basilar no processo de cidadania, mas para isso não basta apenas estar num processo de controle, é preciso ser e saber o que é o controle social na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, principalmente quando é trazida à tona uma crescente postura de política neoliberal, com notória redução de direitos ora já conquistados. Mas, há também de se pensar criticamente sobre esse cenário, analisando que se houve tanto espaço para que direitos postos fossem facilmente reduzidos, ou até mesmo suspensos, avaliar o que de fato foi conquistado.

Trazendo esse cenário para a Política de Assistência Social, onde o paternalismo, clientelismo e populismo tem historicamente um terreno fértil, torna o contexto ainda mais desafiador. Exercer o controle social, numa política com esse histórico, a fim de promover uma cidadania plena, se é que se pode determinar que se pode ter uma plenitude cidadã, coloca a entrave de quebrar com a lógica de que ela não é apenas uma despesa para o Estado, e que para se alcançar o desenvolvimento social é preciso alinhar o pensamento e posição de que políticas sociais também é uma condição para o bom desenvolvimento da política econômica e não apenas um mal necessário.

Para além do acesso, o cidadão necessita conhecer da política e de como ela se insere dentro da promoção de garantia de direitos, para a partir daí, possibilitar uma participação cidadã desses, buscando uma autonomia inserida, onde a política não se faz apenas por trás do gabinete, mas dialogando com a sociedade, onde a proteção social e promoção da cidadania é indispensável para a autonomia, corresponsabilidade e articulação dos usuários dessa política.

Para conseguir minimamente o equilíbrio entre acesso à informação e controle social, é preciso compreender que se vive em um Estado que busca manter um modelo enrijecido de sociedade de classes, valendo dizer que o mesmo Estado que faz a gerência das políticas públicas, também faz a mediação para a manutenção do lucro do mercado, compreendendo assim que esse Estado não é capitalista, mas o mercado é, e precisa deste para viabilizar e facilitar sua acumulação.

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 Tema e Resumo

Tema

Universalização e proteção: o conhecimento e diálogo como parceiro no fortalecimento da política de estado.

Resumo

O projeto aqui exposto, inicialmente busca trazer através da interlocução aprofundar sobre a Política de Assistência Social, analisando sobre a inserção do terceiro setor nesta política, trazendo para o centro da conversa, como o Estado pode ser ao mesmo tempo um agente de proteção e desproteção social. Ficando um promovendo um diálogo e olhar de criticidade sobre o assunto, realizando rodas de conversas e reunião. com os Conselheiros Municipais de Assistência Social e roda de diálogo com os demais atores que envolvem o planejamento, execução e controle social de programas, serviços e projetos na área de assistência, aqui representados pela gestão, conselho e representantes de entidades e associações, viabilizando por meio da informação e troca de experiências uma análise da evolução da referida política e sua importância enquanto política de Estado, ao mesmo tempo, trazer para o foco das discussões como a inserção dessas entidades, embora , tenha sua contribuição ao longo dos anos na construção da Assistência social, pode de forma direta influir na descaracterização e fragilidade dessa política , quando o estado deixar de cumprir seu papel de proteção social.

4.2 Contextualização

A Política de Assistência Social ao longo dos últimos anos, em especial após a PEC 95/2016 (que congelou o aumento de gastos em políticas públicas por vinte anos), vem sofrendo uma série de impactos orçamentários com consequente dano a sua gestão e execução. Sabendo que o Estado brasileiro em sua Constituição cidadã de 1988 e a PNAS/2004, preconiza como dever, oferecer meios para que o povo possa desenvolver sua capacidade de subsistência e padrão mínimo de qualidade de vida. Nesse contexto, torna-se antagônica ao seu dever, a expansão de um modelo de estado neoliberal, com as Políticas Sociais tornando-se cada vez mais um mero meio de contenção para a ordem social, como cita Behring (2009),

(...) a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre classes sociais e seguimentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. (BEHRING, 2009, p. 156).

Por mais que essa análise de Behring tenha sido feita nos primeiros momentos dos anos 2000, ela descreve perfeitamente o cenário atual, de uma desresponsabilização e descaracterização da Política de Assistência Social por parte do estado, e uma onda agressiva e muitas vezes irresponsável do aumento de investimentos, ou mesmo, a parceria sem necessariamente incorrer repasse de recursos via união no terceiro setor como forma de atender as demandas existentes de forma fragmentada e não poucas vezes ideologizada. Sobre isso Carlos Montaña (2010) afirma que:

A “parceria” do Estado e o “Terceiro Setor” tem a clara função ideológica de encobrir um fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital -, e fetichizá-lo em “transparência”, levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para manutenção do sistema, e ainda mais para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo. (MONTAÑO, 2010, p.227).

Assim, trazer para o centro da discussão os gestores, conselheiros, trabalhadores e representantes da sociedade civil organizada, atores esses que participam ativamente do planejamento, execução e deliberação da Política de Assistência Social é ponto chave para desenvolver um olhar de criticidade para o momento atual e construção de uma política que vá além de uma teoria emancipatória e protetiva.

4.3 Justificativa

O Estado brasileiro desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, traz em sua história a participação ativa da sociedade civil e organizada. Nesse contexto, o estado torna-se o principal agente na proteção social de seus cidadãos, organizando e levando para seus entes a responsabilidade de planejamento e execução de políticas que proporcionem ao seu povo sua autonomia e dignidade. Embora, seu texto seja de certo modo revolucionário, haja vista, o processo ditatorial que passou, vive contradições profundas entre sua teoria e prática.

Neste cenário, não é difícil se deparar rotineiramente com uma realidade que reforça e favorece uma política de Assistência Social “pobre, direcionada para pobre”, trazendo à tona

pontos que constituição da PNAS e LOAS, já deveriam estar mais bem trabalhadas, onde o estado se ausenta da proteção de seus cidadãos e terceiriza essa função, seja ela para família, ou terceiro setor.

Quando fazemos essa discussão observando e adentrando no contexto de que a fiscalização e concessão dessas parcerias com a sociedade civil organizada ficam a cargo dos Conselhos municipais, que em suma, carecem de uma maior compreensão sobre a política da qual fiscalizam e deliberam, vemos um universo ainda mais nebuloso, visto que, pelo critério de paridade, metade desses membros também fazem parte do governo do qual fiscalizam, valendo salientar que não isoladamente, com vínculos empregatícios fragilizados, situação não incomum dentro da Política de Assistência Social, nesse sentido, formar e dar os meios para que esses atores sejam empoderados de conhecimento e autonomia é indispensável para uma política efetiva.

Neste sentido, o presente projeto busca além de fazer uma análise sobre a Assistência Social enquanto Política Pública, observando as fragilidades e descaracterizações dessa Política, que terminam por abrir espaços para que as Entidades de Assistência Social planejem e executem serviços que em suma seria de responsabilidade do estado, findam por fomentar uma gestão e execução dessa política com um modelo de caráter seletivo, em alguns casos sem laicidade, publicidade e transparência com os gastos públicos, quando estas recebem do governo recursos para sua manutenção, haja vista que os critérios de controle social exercido em uma Política Pública, não se aplica da mesma forma em uma política de terceiro setor, transferindo de um modelo público e universal de estado, para um modelo assistencialista e pontual.

4.4 Objetivos

Objetivo Geral

Compreender a inserção do Terceiro Setor na Política de Assistência Social, promovendo um diálogo e olhar de criticidade com os atores envolvidos para a importância de uma política pública de caráter universalista e continuado.

Objetivos Específicos

- Analisar a inserção do terceiro setor na Política de Assistência Social e refletir como essa inserção pode influenciar e impactar na gestão e execução da Política de Assistência Social;
- Dialogar com os conselheiros de Assistência Social do município de Garanhuns-PE sobre a Política de Assistência Social enquanto política pública, bem como, sobre a inserção do Terceiro Setor nessa Política;
- Dialogar com a gestão da Política de Assistência social, conselheiros e representantes de entidades e associações inscritas no Conselho Municipal da cidade de Garanhuns-PE, sobre o papel dessa política e a importância do fortalecimento de um trabalho técnico e continuado;
- Provocar o olhar de criticidade aos atores envolvidos na política de Assistência Social do município.

4.5 Atividades

Inicialmente iremos promover dois momentos de roda de conversa com os membros do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Garanhuns-PE, no primeiro momento, será abordado a temática sobre o que é a Política de Assistência Social e sua evolução enquanto política pública. No segundo momento, iremos discutir e refletir sobre a inserção do terceiro setor na Política de Assistência Social, suas contribuições, bem como, os impactos e fragilidades que podem surgir quando o estado terceiriza a sua função como agente principal da proteção social.

Após a formação, será articulado com a rede a realização de uma reunião intersetorial com a gestão municipal da Assistência Social, representante técnico dos trabalhadores da Assistência, membros do Conselho e representantes das entidades e associações inscritas no Conselho Municipal para dialogar sobre a responsabilidade do Estado, Conselho e sociedade civil no planejamento, execução e controle social da Política de Assistência Social enquanto política de Estado.

4.6 Metodologia

De início iremos articular junto aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Garanhuns-PE, a promoção de duas rodas de conversas serão feitas na sede do Conselho aos seus membros, com duração de um dia em tempo integral, mediada por três técnicos da Assistência Social, da proteção social básica, média e alta complexidade, no intuito de ter um panorama completo da Política de Assistência Social, viabilizando uma análise mais aprofundada com a presença dos dois níveis de proteção. Fazendo uso de material impresso, projetor, para apresentação de slides e vídeos para melhor explanação do conteúdo. A intenção é que os conselheiros possam ter um melhor embasamento, que viabilize um conhecimento e consequente instrumentos teóricos para deliberação e fiscalização dessas Políticas, entidades e organizações inscritas neste Conselho.

Em articulação com a rede, será mobilizado os representantes dos órgãos para que seja feita a reunião intersetorial, tendo como facilitador um técnico da assistência e um conselheiro, sendo apresentado inicialmente um breve resumo do resultado dos diálogos promovidos aos membros do Conselho por meio das rodas de conversas, logo em seguida, iniciada a discussão para dialogar a relação do Estado com Terceiro Setor dentro da Política de assistência Social. Ao final, será feita uma fala com o fechamento das impressões de cada representação sobre os aspectos discutidos e possíveis proposições que possam viabilizar o fortalecimento dessa política a nível municipal.

Os recursos humanos, de infraestrutura e materiais serão ofertados em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Garanhuns-PE.

4.7 Resultados Esperados

Espera-se com esse trabalho, trazer uma análise e reflexão acerca do cenário atual da atuação do Terceiro Setor em parceria com a Política de Assistência Social, promovendo a melhoria no processo de monitoramento, avaliação e deliberação dessa política, e consequente a isto o acesso aos direitos e serviços ofertados à população assistida com maior responsabilização do Estado na gestão e execução dessa política.

Almeja-se que após os diálogos, os conselheiros tenham maior propriedade e familiaridade com a Política de Assistência Social, sentindo-se instigados a aprofundar com criticidade na importância que o controle social exerce para o planejamento, efetivação e

melhor qualidade das políticas públicas, bem como, que a rede responsável por seu planejamento e ou execução, sintam-se provocada a buscar fortalecer o diálogo e a corresponsabilidade.

Por fim, os usuários serão os maiores beneficiários desse processo de formação e diálogo, tendo a possibilidade de receber um serviço com caráter mais universalista, técnico e contínuo.

4.8 Avaliação

O projeto será avaliado de forma qualitativa pelos participantes da ação, em forma de exposição de falas, colocando os pontos positivos e negativos, e como essas ações podem contribuir no processo de trabalho e serviços ofertados à população usuária.

Integrando essa exposição de falas, será feito um questionário objetivo, para uma avaliação geral da reunião intersetorial e sugestão de como esse projeto possa ser multiplicado para os demais atores da rede intersetorial.

4.9 Cronograma

ETAPAS	MÊS					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Elaboração do projeto	X					
Apresentação do projeto			X			
Articulação com a rede		X	X	X		
Roda de conversa com os membros do Conselho de Assistência Social					X	
Reunião Intersetorial					X	
Avaliação final do projeto						X

5 CONCLUSÃO

Esse debate sobre o Estado e sua relação denominada parceria com o Terceiro Setor, num contexto mais teórico, nos faz refletir que sua organização e complexidades não se limita a elaboração e execução de políticas públicas, é necessário analisá-lo em seus múltiplos interesses e a quem ele se destina e pode servir. Sua mediação enquanto agente protetor pode facilmente ser capturado por forças dominantes a fim de ser aporte para sustentação do sistema dominante no processo de construção e manutenção de classes.

Nesse cenário de forças, o neoliberalismo cumpre bem seu dever de casa, e se molda sempre no tempo e espaço no que for necessário para conseguir atingir seus objetivos de se manter como sistema dominante. Utilizando-se de diversas armas, o Estado capitalista, que vive numa coalisão de forças utiliza o Terceiro Setor que é facilmente capturado para se lançar como meio de cumprir parte do que poderia, ou deveria ser responsabilidade do Estado, enquanto agente de proteção social. Nesse aspecto, buscamos analisar nas reflexões, que diversas são as formas que esse sistema capitalista financeiro dominante pode dispor para fugar o Estado, focando também em sua redução para que esse não se sobreponha ou supere seu papel de sistema, até então predominante.

As inquietações e a dinâmica social que estamos vivenciando hoje, principalmente em um período pós pandêmico, que mudou de forma significativa a forma de ver e sentir o mundo, escancarou diversos cenários, dentre eles, mostrou que o processo de educação e formação, dentro e fora dos ambientes acadêmicos trouxe muitas respostas, mas também apresentou muitas lacunas, violou muitos direitos e revelou o quão desigual é a sociedade, deixou as políticas sociais expostas a suprir ainda mais as carências que temos em nosso país, principalmente nas famílias mais vulnerabilizadas. A economia constatou da pior forma que precisa do Estado para se manter, e mais que isso, de que não existe economia sólida, sem desenvolvimento social.

Para além das análises acadêmicas adquiridas ao longo desse curso, esse trabalho se propôs a utilizar na prática, por meio do conselho Municipal de Assistência, que executa de forma direta e institucional o controle social, base de um Estado democrático de direito, alcançar e trazer para o centro da discussão, a sociedade e demais atores da rede de proteção social do município de Garanhuns-PE, para lançar mão dos resultados teóricos obtidos nas discursões propostas e com conhecimento adquiridos nos debates propostos, dispor de forma prática do saber adquirido nas demandas de deliberações, monitoramento e avaliação de Políticas Sociais.

A especialização em Gestão de Políticas Sociais promoveu um olhar mais crítico acerca da dinâmica de construção e gestão de Políticas Sociais, de como essa foi se

construindo ao longo do tempo. Oportunizou a ampliação da visão de mundo e realidade que já existia anteriormente, mas agora, com um arcabouço bem mais aprofunda e crítico.

Vivenciar durante toda a especialização o processo de escuta e diálogo com profissionais capacitados e embasados dentro de sua atuação crítica e emancipadora, foi gratificante, sabendo, porém, de todas as dificuldades que estamos expostos dentro de um sistema que por inúmeras vezes precisamos mediar entre o que deveria ser feito, do que é cobrado e do que se tem condições de fazer com o que é oferecido no ambiente do fazer profissional. Como sabiamente coloca Behring “Trilhar um caminho diferente, é delinear o perfil de um trabalhador sintonizado com as exigências de uma época em que o sólido se esfuma”, (2009, p.50). Ainda abordando o assunto, Pereira (2013) cita que, “isso exige que profissionais como o assistente social sejam ao mesmo tempo estudiosos e críticos”, (2013, p. 25). Nesse sentido, sendo profissionais que devem e podem ir além de um executor de serviços, sendo criterioso em suas análises sobre o que fala e o que defende, em não temer os desafios que se apresentam, embora eles amedrontem e por vezes tentam amordaçar, que esse sistema dominante não seduza e torne quem deveria ser suporte para a luta da emancipação e equidade, ser um braço dos que dominam.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Luiza Maria Escardovelli; DUARTE, Fabiana Giannetti. Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des)proteção social. **O Social em Questão**, vol. 22, núm. 45, pp. 261-278, 2019. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, E. R. **A ação dos trabalhadores na consolidação da Assistência Social como Direito**. **SER Social**, [S. l.], n. 12, p. 37–58, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i12.12929. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12929. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, v. 2, n. 1, 2008, p. 37-46. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1192> Acesso: 15 mar. 2023

CARVALHO, J.M. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun. 2001.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DURIGUETTO; Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. São Paulo: Lua Nova, CEDEC, n. 24, 1991.

MENDES, L. C. A. **Estado e Terceiro Setor: uma análise de aproximação**. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 3, p. 72-91, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**; crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (Org.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 15-26. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.23, n.7, p.2315-2325, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>. Acesso em 10 abr. 2023.

VIANA, A. L. A.; SILVA, H. P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, jul. 2018, p. 2107-2118. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-d=S14131232018000702107&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, v. 20, n. 20, São Paulo, 2014.

YAZBEK, M. C. Voluntariado e Profissionalidade na Intervenção Social. **Revista De Políticas Públicas**, 6(2), 2015, p.23–40. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3718>, 2002. Acesso em: 10 abr. 2023.